

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO**
2 **DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL DE 2008**

3
4 **DATA:** 20 e 21 de agosto de 2008

5 **HORÁRIO:** 18:30h (dia 20); 9 horas (dia 21)

6 **LOCAL:** Juiz de Fora/MG

7
8 **PARTICIPANTES:**

9 DIA 20

10 União

11 Marley Caetano de Mendonça (MMA)

12
13 São Paulo

14 **Poder público:** Edilson de Paula Andrade (DAEE); Marcos Martinelli (SEAA); José Roberto Schmidt
15 (SEMA); Andréa Francomano (Prefeitura de Jacareí); Luiz Roberto Barreti (Prefeitura de São José dos
16 Campos); Benedito Jorge dos Reis (Prefeitura de Tremembé).

17 **Usuários:** Hélio Reimann (Malteria do Vale); Mário Pero Tinoco (SABESP); João Marcelino da Silva
18 (Sindicato Rural de Monteiro Lobato); João Alberto de Oliveira (CESP).

19 **Organizações civis:** Breno Gurgel (ABES); Sueleidy Prado (Vale Verde); Leesander Alves da Cruz (UNA nas
20 águas).

21
22 Rio de Janeiro

23 **Poder público:** Fátima Casarin (SERLA); Eliane Pinto Barbosa (SECT/SEEPES).

24 **Usuários:** Renine César de Oliveira (AMPAS); Maria Luiza Ferreira da Silva (ASSEMAE).

25 **Organizações civis:** Ninon Machado (Instituto Ipanema); Vera Lúcia Teixeira (Ong Nosso Vale!Nossa Vida);
26 José Alfredo Sertã (ABES-RJ).

27
28 Minas Gerais

29 **Poder público:** Paulo Teodoro de Carvalho (SEMAD); Marília Melo (IGAM); Joaquim Arildo (SEAPA);
30 Virgílio Furtado da Costa (Prefeitura de Piau); Sílvio Andrade Magalhães (Prefeitura de Santana do Deserto).

31 **Usuários:** Cláudio Amaral (Fazenda Pedra Branca); Maria Aparecida Vargas (Zona da Mata Geração); Cristina
32 Campolina Medeiros (Votorantim Metais); Edson Machado Gomes Filho (COPASA); Maria Aparecida Muruci
33 (DEMSUR-Muriaé).

34 **Organizações civis:** Theodoro Guerra (AMAJF-Juiz de Fora); Luiz Carlos Cabral Jr. (FUNDER); Fabiano
35 Diogo Ferreira (Colégio Pio XII).

36
37 Convidados

38 Marliane Alves de Almeida (DEMAE – Lima Duarte/MG); Manoel Gomes (DEMAE – Lima Duarte/MG); Ana
39 Carolina Miranda (IGAM/MG); Sunil Tankha (Institute of Social Studies); Cleide Pedrosa de Melo
40 (IGAM/MG); Renata Martins Meirelles (IGAM/MG); Polliana Henrique Martins (FIEMG-Regional Zona da
41 Mata/MG); Willians Martins (CESAMA/ CBH Preto e Paraibuna/MG); Paulo Valverde (CESAMA/ CBH Preto
42 e Paraibuna/MG); Severino Rodrigues Costa (EMATER-MG); Gilberto Malafaia de Oliveira (EMATER-MG);
43 Edson Guaracy Lima Fujita (AGEVAP); Moema Versiani (SERLA/RJ); Maria da Glória (IEF/MG – Juiz de
44 Fora); José Maurício da Silva (IEF/MG – Juiz de Fora); Eduardo de Araújo Rodrigues ((IEF/MG – Juiz de
45 Fora); William Pereira Fideles (PROMATA – Juiz de Fora/MG); Élio Lopes dos Santos (Prefeitura de
46 Guidoval/MG).

47 -----
48 DIA 21

49 União

50 Marley Caetano de Mendonça (MMA)

51
52 São Paulo

53 **Poder público:** Edilson de Paula Andrade (DAEE); Marcos Martinelli (SEAA); José Roberto Schmidt
54 (SEMA); Luiz Roberto Barreti (Prefeitura de São José dos Campos); Benedito Jorge dos Reis (Prefeitura de
55 Tremembé).

56 **Usuários:** Hélio Reimann (Malteria do Vale); Mário Pero Tinoco (SABESP); João Marcelino da Silva
57 (Sindicato Rural de Monteiro Lobato); João Alberto de Oliveira (CESP).

58 **Organizações civis:** Breno Gurgel (ABES); Sueleidy Prado (Vale Verde); Leesander Alves da Cruz (UNA nas
59 águas).

60

61 Rio de Janeiro

62 **Poder público:** Fátima Casarin (SERLA); Eliane Pinto Barbosa (SECT/SEEPES).

63 **Usuários:** Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN); Oswaldo Pires Gonçalves (Light Energia); Renine
64 César de Oliveira (AMPAS); Carlos Eduardo Tavares de Castro (Águas do Paraíba); Maria Luiza Ferreira da
65 Silva (ASSEMAE); André Lermontov (Águas do Imperador).

66 **Organizações civis:** Ninon Machado (Instituto Ipanema); Paulo Jorge Xavier de Souza (FUNDENOR); Vera
67 Lúcia Teixeira (Ong Nosso Vale!Nossa Vida).

68

69 Minas Gerais

70 **Poder público:** Paulo Teodoro de Carvalho (SEMAD); Marília Melo (IGAM); Joaquim Arildo (SEAPA);
71 Virgílio Furtado da Costa (Prefeitura de Piau); Sílvio Andrade Magalhães (Prefeitura de Santana do Deserto).

72 **Usuários:** Cláudio Amaral (Fazenda Pedra Branca); Maria Aparecida Vargas (Zona da Mata Geração); Cristina
73 Campolina Medeiros (Votorantim Metais); Edson Machado Gomes Filho (COPASA); Marcelo Mello do
74 Amaral (CESAMA-Juiz de Fora); Maria Aparecida Muruci (DEMSUR-Muriaé).

75 **Organizações civis:** Viviane Marinho (Consórcio Rio Pomba); Georgina Mucci (FUNCEC); Luiz Carlos
76 Cabral Jr. (FUNDER).

77

78 Convidados

79 Ana Carolina Miranda (IGAM/MG); Renata Martins Meirelles (IGAM/MG); Ana Carolina Silveira (FIEMG);
80 Moema Versiani (SERLA/RJ); Jorge Macedo (Faculdade Viana Júnior); Isabella Guedes (Prefeitura de Lima
81 Duarte/MG); João Vieira (Light Energia); Helder Alves de Souza (Secretaria de Estado de Saúde); Renata
82 Fernandes (Sistema Estadual de Meio Ambiente); Rinaldo Rocha (Light Energia S.A.); Rogério Bigio
83 (Ministério do Meio Ambiente); Theyla Suelayne de Oliveira (CBH Afluentes Mineiros do Pomba e Muriaé);
84 Elaine Braga (AGEVAP- Assessoria jurídica); Evaristo (COPPETEC); José Roberto F. Gago (COPPETEC);
85 Cleide Pedrosa de Melo (IGAM/MG).

86

87 **Ausências justificadas:** Sérgio Canella (Furnas/RJ); Teresa Paiva (Escola de Engenharia – USP –
88 Lorena); Flávio Teixeira da Silva (Escola de Engenharia – USP – Lorena); Luiz de Gonzaga Santos
89 (Prefeitura de Aparecida/SP); Marcos Sobral Escada (FIESP); Madalena...(Prefeitura de Barra do
90 Pirai/RJ); Mauro Ribeiro Viegas (Firjan).

91

92 **PAUTA:**

93 **Dia 20**

94 1- Situação da inadimplência, cobrança, depósito em juízo e outras – apresentação do Diretor Presidente da
95 Agência Nacional de Águas, Sr. José Machado;

96 2- Apresentação do novo Diretor da AGEVAP;

97 3- Leitura da moção sobre pagamento em juízo em ação judicial da Companhia Siderúrgica Nacional;

98 4- Gestão ambiental e a Política de Recursos Hídricos dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo
99 – apresentação pelos senhores Secretários de Estado de Meio Ambiente: Sr. José Carlos Carvalho –MG, Sra.
100 Marilene Ramos -RJ e Sr. Francisco Graziano -SP.

101

102 **Dia 21**

103 1- Leitura e aprovação da ata da última reunião do CEIVAP (29/5/08);

104 2- Comunicações;

105 3- *Referendum* do CEIVAP às alterações estatutárias da AGEVAP;

106 4- Estrutura do evento da Bacia do Paraíba do Sul , a ser realizado em março de 2009 – apresentação do
107 Coordenador de Gestão da AGEVAP, Sr. Hendrik Mansur;

108 5- Apresentação da COPPE sobre o Plano da Bacia;

109 6- Manual de Investimentos – apresentação da Coordenadora da Câmara Técnica Consultiva;

110 7- Metodologia de avaliação da AGEVAP pelo CEIVAP – apresentação do Coordenador de Gestão da
111 AGEVAP, Sr. Hendrik Mansur.

112 -----

113

114 **DIA 20**

115 **Abertura** – A mestre-de-cerimônia, Sra. Teresa Barbosa, da Textoarte Comunicação, fez a abertura da reunião,
116 agradecendo o Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais - FIEMG – Regional da Zona da Mata,
117 Sr. José Campolina Martins Nogueira, que cedeu o auditório para a realização da reunião; e também o
118 Sr. Virgílio Furtado, representante da Prefeitura de Piau/MG no CEIVAP, pelo esforço empreendido para a
119 realização da reunião do CEIVAP em Juiz de Fora/MG. Na seqüência, chamou para compor a mesa das
120 autoridades o Presidente do CEIVAP, Sr. Paulo Teodoro (SEMAD/MG); o representante do Diretor Presidente
121 da Agência Nacional de Águas-ANA, Sr. Wilde Gontijo Jr.; a Secretária de Estado do Meio Ambiente do Rio de
122 Janeiro, Sra. Marilene Ramos; o representante do Secretário de Estado de Meio Ambiente de São Paulo, Sr.
123 Gerônimo Rocha; a representante do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de
124 Minas Gerais, Sra. Cleide Pedrosa de Melo; a representante do Presidente da FIEMG – Regional da Zona da
125 Mata, Sra. Romina; o Secretário do CEIVAP, Sr. Breno Gurgel (ABES/SP); e o Presidente do Conselho de
126 Administração da AGEVAP, Sr. Renine César de Oliveira (AMPAS/RJ).

127 O Presidente do CEIVAP iniciou sua fala justificando a ausência do Secretário de Estado de Meio Ambiente e
128 Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, por motivo de doença, acrescentando que ele estava bem
129 representado na reunião pela Sra. Cleide Pedrosa de Melo, Diretora Presidente do Instituto Mineiro de Gestão
130 das Águas – IGAM.. Desejou boas vindas a todos e declarou aberta a reunião, destacando que se tratava de uma
131 sessão solene onde seriam apresentados os avanços na política de gestão de recursos hídricos nos três Estados da
132 bacia do rio Paraíba do Sul. Em seguida, passou a palavra para o representante da ANA, que justificou a
133 ausência do Presidente José Machado, que não pôde vir por estar em uma audiência com o Governador de
134 Pernambuco.

135 136 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

137 138 **1- Situação da inadimplência, cobrança, depósito em juízo e outras**

139 O representante da ANA, Sr. Wilde Gontijo, iniciou sua explanação, fazendo uma retrospectiva do processo de
140 outorga na bacia do Paraíba do Sul, lembrando que, em 2002, a ANA realizou a Campanha de Regularização
141 dos Usos que cadastrou cerca de 4.000 usuários da bacia, a grande maioria não outorgáveis (usos
142 insignificantes). Do total cadastrado, penas cerca de 200 eram outorgáveis; destes, a maioria está pagando pelo
143 uso da água. Os poucos que ainda não estão pagando é por razões técnicas que a AGEVAP deve resolver,
144 conforme explicou o representante da ANA. Sobre o pagamento em juízo pela Companhia Siderúrgica
145 Nacional, ele disse que o Ministro do Meio Ambiente está agindo politicamente, buscando negociar com a CSN
146 para que suspenda a ação judicial e comece a pagar para o CEIVAP. Sobre a inadimplência, informou que há 68
147 entidades inadimplentes, que devem o total de R\$ 4.000.000,00, aproximadamente; 20 foram colocadas na
148 dívida ativa da União; dessas 20, quatro estão no CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do
149 Setor Público Federal, sujeitas às sanções para os inadimplentes, previstas em lei. O representante da ANA
150 informou, ainda, que o índice de inadimplência é de 9,13%. E os recursos depositados em juízo somam **R\$**
151 **9.288.256,00**, sendo R\$ 9.194.256,00 da CSN/RJ e R\$ 94.000 da CEMIG/MG.

152 153 **2- Apresentação do novo Diretor da AGEVAP**

154 O Presidente do CEIVAP apresentou o novo Diretor executivo da AGEVAP, Sr. Edson Guaracy Lima Fujita,
155 engenheiro escolhido pelo Conselho de Administração da AGEVAP, entre cinco profissionais selecionados pela
156 RH Brasil Recursos Humanos, empresa contratada pelo CA para buscar no mercado de trabalho um profissional
157 com perfil para assumir o cargo de diretor da AGEVAP. Chamou a ex-Diretora, Sra. Eliane Barbosa (SECT-
158 SEEPES/RJ), para receber o novo diretor. Agradeceu-a pela gestão profícua e ao Sr. Hendrik Mansur,
159 Coordenador de Gestão da AGEVAP, por ter assumido a diretoria interinamente de forma tão dedicada. Desejou
160 as boas-vindas ao novo Diretor, e disse ter certeza de poder contar com a sua capacidade e sua
161 experiência, ressaltando que ele chega como um reforço hercúleo para o sistema CEIVAP/AGEVAP.
162 O Sr. Edson Fujita agradeceu a confiança nele depositada; disse que pretende iniciar sua gestão partindo do que
163 já existe. Defendeu a interlocução permanente com os comitês das sub-bacias; e mencionou como maior desafio
164 da diretoria da AGEVAP a aplicação dos cerca de R\$ 20.000.000,00 que estão parados na conta bancária da
165 AGEVAP. A ex-diretora da AGEVAP desejou boa sorte ao novo Diretor e colocou-se à disposição, como
166 técnica hoje atuando no Governo do Estado do Rio de Janeiro, para colaborar com ele, citando outro grande
167 desafio que irá enfrentar, que é a integração das ações nos três Estados da Bacia.

168 169 **3- Leitura da Moção sobre pagamento em juízo em ação judicial da CSN**

170 O Secretário do CEIVAP explicou que a diretoria do CEIVAP resolveu gestar essa Moção para protestar contra
171 a situação de haver dinheiro arrecadado que não entra para o sistema. Informou que o documento foi submetido
172 à assessoria jurídica da AGEVAP; e solicitou à mestre-de-cerimônia que fizesse a leitura do mesmo. A seguir,

173 estão registrados alguns trechos da Moção, que dão uma idéia geral de seu conteúdo e espírito: *O CEIVAP, no*
174 *uso de suas competências, (...) Considerando que a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN é usuária de*
175 *recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul; Considerando que (...) a CSN vem, desde 2003,*
176 *questionando judicialmente a cobrança pelo uso de recursos hídricos sobre ela incidente, na bacia do rio*
177 *Paraíba do Sul, na forma do processo nº 2003.51.01.0275380, em curso perante a 23ª Vara Federal da Seção*
178 *Judiciária do Rio de Janeiro (...) RESOLVE (...) adotar a presente MOÇÃO no sentido de: I- conclamar a CSN*
179 *a retornar à condição de participante ativa dos fóruns das diversas instâncias do CEIVAP, visando, assim,*
180 *contar com sua relevante intervenção técnica, jurídica e política no Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos*
181 *da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; II- conclamar a CSN a uma adequada negociação em torno dos*
182 *aspectos contestados em juízo, de forma a que a consignação judicial dos mesmos seja abandonada e*
183 *convertida em recolhimento efetivo ao Sistema CEIVAP-AGEVAP; III- solicitar à Advocacia-Geral da União*
184 *(...) uma atuação específica, dirigida à priorização do feito à vista do precedente regional e nacionalmente por*
185 *ele representado numa contestação aos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (...)*

186 Após a leitura, o Presidente do CEIVAP anunciou que a Moção seria apresentada para apreciação do plenário na
187 reunião do dia seguinte (21/08/08), porque na reunião do dia de hoje não havia quórum.

188 A representante do Instituto Ipanema, Sra. Ninon Machado, solicitou que, na reunião do dia 21, fosse feita uma
189 exposição de motivos para a elaboração dessa Moção.

191 **4- Gestão ambiental e a política de recursos hídricos dos Estados de Minas Gerais, Rio de** 192 **Janeiro e São Paulo – apresentação pelos senhores Secretários de Estado: Sr. José Carlos** 193 **Carvalho (MG); Sra. Marilene Ramos (RJ) e Sr. Francisco Graziano (SP).**

194 O Presidente do CEIVAP convidou a Secretária de Estado de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Sra. Marilene
195 Ramos, para dar início à apresentação. Depois de cumprimentar a mesa diretora, ela ofereceu-se, como
196 Secretária de Estado, a colaborar com o novo Diretor da AGEVAP nas tarefas que o esperam. Citou o exemplo
197 de Resende, que construiu uma Estação de Tratamento de Esgoto há 30 anos atrás e nunca foi colocada em
198 funcionamento; só agora o atual Prefeito resolveu reativar a ETE , com a concessão do serviço de água para a
199 empresa Águas do Brasil – em Resende, denominada Águas do Paraíba. E, de acordo com a Secretária, o
200 CEIVAP não sabia disso; se soubesse, poderia ter feito uma ação política para pressionar a Prefeitura de
201 Resende a colocar a ETE em funcionamento há mais tempo. Na sua opinião, o CEIVAP precisa agir mais
202 politicamente do que tecnicamente.

203 Sobre a gestão ambiental no Estado do Rio de Janeiro, ela relatou que o Secretário de Meio Ambiente que a
204 antecedeu, Sr. Carlos Minc, conseguiu garantir que os recursos do FECAM – Fundo Estadual de Conservação
205 Ambiental fossem efetivamente aplicados em meio ambiente e sob a gestão da Secretaria. Segundo a Senhora
206 Secretária, o desafio, hoje, é aplicar R\$ 270 milhões (recursos do FECAM), dos quais 50% deverão ser
207 investidos em saneamento; ela quer chegar a investir R\$ 800 milhões por ano em saneamento – coleta e
208 tratamento do esgoto. Estão sendo colocados recursos em Volta Redonda (maior poluidora) e Barra do Pirai
209 (que mais sofre com a transposição). A Secretaria de Meio Ambiente tem trabalhado fortemente na
210 reestruturação do sistema de gestão ambiental do Estado – SERLA , IEF e FEEMA serão renovados e reunidos
211 no INEA – Instituto Estadual do Ambiente.

212 Sobre a política de recursos hídricos, a Secretária de Meio Ambiente informou que o Estado do Rio de Janeiro
213 foi dividido em 10 regiões hidrográficas; e já existem cinco comitês instalados no Estado. Na bacia do Paraíba
214 do Sul, tem instalado o Comitê do Piabanha e agora foi aprovada a criação dos Comitês do Médio Paraíba e da
215 região Serrana – BNG2 (bacia dos rios Bengala, Negro e Dois Rios). Agora está sendo articulada a criação do
216 Comitê da região da foz. Sobre a implantação da cobrança pelo uso da água nos rios estaduais, ela informou que
217 o Rio de Janeiro iniciou a cobrança em 2004 e está arrecadando R\$ 3.000.000,00 por ano. Hoje há 3.200
218 usuários cadastrados, com 400 outorgas.

219 A Secretaria tem atuado também na área de resíduos sólidos; vai passar a comprar resíduos dispostos
220 adequadamente, a exemplo do PRODES – Programa Nacional de Despoluição de Bacias, que compra o esgoto
221 tratado. Em suma, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro tem trabalhado fortemente para
222 reduzir os passivos ambientais, segundo as palavras da Secretária Marilene Ramos. Ela concluiu sua
223 apresentação dizendo que a integração da Secretaria com o CEIVAP deve ser buscada.

224 Em seguida, o Presidente do CEIVAP passou a palavra para a Sra. Cleide Pedrosa de Melo, Diretora Geral do
225 IGAM, que fez um resumo da política ambiental no estado de Minas Gerais, a qual passou por uma mudança
226 profunda orquestrada pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD,
227 Sr. José Carlos Carvalho. Ela explicou que foi feita uma integração dos três órgãos gestores e ambientais:
228 IGAM (agenda azul), FEAM (agenda marrom), IEF (agenda verde), que, inclusive, passaram a funcionar no
229 mesmo prédio, todos integrados com a SEMADS e mais a polícia ambiental.

230 Segundo a Diretora Geral do IGAM, Minas Gerais tem 36 unidades de planejamento e gestão de recursos
231 hídricos, com 30 comitês instalados. Os dois comitês instalados dos afluentes mineiros do rio Paraíba do Sul –

232 Preto e Paraibuna e Pomba e Muriaé - vão iniciar a cobrança pelo uso da água em 2009; já têm sua Agência, que
233 é a AGEVAP. Recentemente foi assinado Convênio entre o IGAM e a AGEVAP para confirmação do cadastro
234 dos usuários das bacias dos afluentes mineiros do Pomba e Muriaé e do Preto e Paraibuna.
235 Em Minas Gerais, há 120 mil usuários outorgados, o que, segundo a Diretora Geral do IGAM, não é um número
236 tão grande diante do potencial real - só entre os produtores rurais há 550 mil usuários cadastrados.
237 Ao todo, o estado de Minas já conta com 24 Planos de Bacia elaborados com recursos do FHIDRO – Fundo de
238 Recursos Hídricos e da ANA. Outro número interessante da gestão de recursos hídricos em Minas Gerais,
239 revelado pela Diretora Geral do IGAM, é aquele relativo ao saneamento: hoje Minas trata 22% de seu esgoto.
240 Por fim, o Presidente do CEIVAP convidou o representante do Secretário de Estado de Meio Ambiente de São
241 Paulo, Sr. Gerônimo Albuquerque Rocha, a falar sobre a política de recursos hídricos naquele Estado.
242 Inicialmente, ele declarou a disposição de trabalho conjunto e solidário do estado de São Paulo com os outros
243 Estados. Explanando sobre o sistema de gestão das águas em São Paulo, disse que é um sistema muito simples,
244 baseado nos comitês, no plano de recursos hídricos e em um fundo financeiro cujos recursos vêm dos *royalties*
245 da energia elétrica. Os comitês estão em pleno desenvolvimento há cerca de 14 anos. Agora está se buscando
246 um diálogo com Minas Gerais, na questão do rio Grande, para elaborar uma agenda conjunta de enfrentamento
247 dos problemas comuns, além da formação de um comitê de integração. No estado de São Paulo são 22 unidades
248 hidrográficas – todas com seu plano de bacia; além do Plano estadual que resulta dos planos das unidades
249 hidrográficas. Além do Plano de Bacia, há o relatório de situação, com o diagnóstico de cada bacia.
250 Cada comitê recebe R\$ 3 milhões por ano, do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos; mais da
251 metade desse recurso é aplicada em tratamento de esgoto. No trecho paulista da bacia do rio Paraíba do Sul, nos
252 últimos anos foram investidos R\$ 20 milhões, sendo 70% em tratamento de esgoto. O Sr. Gerônimo Rocha
253 informou, ainda, que os comitês estaduais estão começando a implementar a cobrança pelo uso da água.
254 Concluiu sua apresentação poeticamente, citando Carlos Drummond de Andrade (“Água é um projeto de vida”)
255 e Guimarães Rosa (“A água grita a qualquer pancada que lhe dão”); e conclamando todos a ter um pouco da
256 visão do poeta, do olhar do poeta para a água.
257 O Presidente do CEIVAP encerrou a noite de abertura da reunião do CEIVAP, dizendo que a apresentação dos
258 três Estados da bacia do Paraíba do Sul sobre a gestão dos recursos hídricos nesses estados demonstra que há
259 muito o que comemorar. E agradeceu os representantes dos estados que vieram trazer notícias tão alvissareiras,
260 conforme suas palavras.

261 262 **DIA 21**

263 264 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

265 266 **1- Leitura e aprovação da ata da última reunião do CEIVAP (29/5/08)**

267 O Presidente do CEIVAP submeteu ao plenário a ata da reunião do CEIVAP de 29 de maio de 2008, a qual foi
268 aprovada como foi redigida, sem alterações.

269 270 **2- Comunicações**

271 - A Diretora Geral do IGAM, Sra. Cleide Pedrosa de Melo, conduziu o ato de assinatura de dois Convênios que
272 vão formalizar a AGEVAP como Agência do Comitê dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna - PS1
273 e do Comitê dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé - PS2; chamou o presidente do PS1, Sr. Paulo
274 Valverde, e do PS2, Sra. Aparecida Vargas, além do Diretor da AGEVAP, Sr. Edson Fujita, para assinarem os
275 Convênios. O Sr. Paulo Valverde não pôde comparecer, por problema de doença na família; a Sra. Romina, da
276 FIEMG, que é membro do PS1, assinou pelo Presidente.

277 A Diretora Geral do IGAM transmitiu sua alegria pela assinatura desses Convênios: o primeiro, cujo aporte de
278 recurso do IGAM é no valor de R\$ 150 mil, o objeto é o serviço de complementação e retificação do cadastro
279 dos usuários do PS 1 e do PS 2. O segundo Convênio vai repassar R\$ 110 mil do IGAM para a AGEVAP, para
280 a instalação dos escritórios dos dois Comitês: o primeiro em Juiz de Fora e o segundo em Cataguases. Ela
281 anunciou que será assinado outro Convênio com o IGAM, no valor de R\$ 400 mil, para implementação de
282 Plano de Comunicação Social para implantação da cobrança nas duas sub-bacias. A Presidente do PS2 disse que
283 a previsão para início da cobrança nos rios estaduais das bacias do Pomba e do Muriaé é em maio de 2009. Ela
284 aproveitou o momento da solenidade de assinatura do Convênio com o IGAM para deixar registrado que, se o
285 Comitê dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé chegou onde está, o mérito é todo do Sr. Manoel
286 Otoni Neiva, seu primeiro Presidente.

287
288 - O técnico da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente – SRHU-
289 MMA, Sr. Rogério Bigio, responsável pelo Programa de Revitalização da Bacia do Rio Paraíba do Sul,

290 apresentou uma proposta de se aprovar uma deliberação do CEIVAP, criando um grupo de trabalho para
291 elaboração conjunta com a SRHU-MMA de um plano de trabalho para a implantação do Programa de
292 Revitalização da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Ele anunciou que o recurso para esse Programa em 2008 é da
293 ordem de R\$ 1.200.000,00; e alertou que a Bacia poderá perder esse recurso, se não utilizá-lo até o final do ano.
294 **Encaminhamento:** decidiu-se que o Grupo de Articulação Institucional – GTAI ficará encarregado de elaborar
295 Plano de trabalho para a implantação do Programa de Revitalização, com o recurso da SRHU-MMA, e
296 encaminhar para aprovação da Diretoria do CEIVAP *ad-referendum*.

297
298 - A representante do Instituto Ipanema/RJ, Sra. Ninon Machado, fez uma comunicação sobre o trabalho, em
299 curso, de mobilização da sociedade civil para formar um Fórum da Bacia do Paraíba do Sul. Lembrou que o
300 Fórum Mundial da Água em 2009 será em Istambul - Turquia, e manifestou sua opinião de que o CEIVAP deva
301 participar. Solicitou que o evento da bacia do rio Paraíba do Sul, programado para março de 2009, não seja nos
302 mesmos dias do Fórum Mundial, para não esvaziar o evento do Paraíba, já que todas as autoridades de recursos
303 hídricos do Brasil deverão estar em Istambul.

304
305 - A Diretora Geral do IGAM informou sobre a realização do Seminário Internacional de Revitalização de Rios,
306 na UFMG, nos dias 8, 9 e 10 de setembro (inscrições pelo site da SEMAD); e do Workshop Gestão das Águas e
307 Produção mais Limpa, no dia 4 de setembro, na FIEMG – Regional da Zona da Mata, em Juiz de Fora/MG.
308 Deu a notícia sobre o projeto de sinalização nas estradas, pelo Departamento de Estrada de Rodagem – DER,
309 que trará uma inovação: nas placas colocadas na entrada das pontes, além do nome dos cursos d'água, constará a
310 informação sobre a bacia a que pertence.

311
312 - O representante do DAEE/SP, Sr. Edilson de Paula Andrade, comunicou que já está em andamento o projeto
313 para resolver o problema de proliferação excessiva de macrófitas no trecho paulista da bacia do Paraíba do Sul;
314 serão investidos R\$ 4 milhões na remoção das plantas aquáticas, recursos do Ministério da Integração e do
315 Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE/SP. Ele anunciou outra boa notícia: a SABESP inaugurou a
316 Estação de Tratamento de Esgoto de Guararema, município paulista de 40 mil habitantes, que terá 100% do
317 esgoto tratado. Informou, ainda, que estão em andamento as obras de duas Pequenas Centrais Hidrelétricas –
318 PCHs, no leito do rio Paraíba (trecho paulista); segundo o representante do DAEE, está sendo negociada a
319 compensação ambiental, com a empresa responsável pelo empreendimento.

320
321 - Sobre essas PCHs que estão sendo instaladas na altura dos municípios de Lavrinha e Queluz, a representante
322 da SECT/RJ disse que o CEIVAP deve procurar se informar a respeito desse empreendimento; e propôs que a
323 empresa responsável seja convocada para prestar informação para o plenário do CEIVAP.

324
325 - O Coordenador de Gestão da AGEVAP, Sr. Hendrik Mansur, informou que a AGEVAP contratou a empresa
326 Textoarte Comunicação, de Taubaté/SP, para realizar todo o trabalho de comunicação do sistema
327 CEIVAP/AGEVAP, o que inclui a edição de duas revistas, dois boletins impressos, boletim digital, além de
328 relatórios gerenciais e notas técnicas.

329
330 - A representante da SECT/RJ pediu que as comunicações feitas na reunião entrem imediatamente na agenda do
331 site do CEIVAP, para manter os membros informados, antes mesmo de receber a ata da reunião. Para que seja
332 atendida essa solicitação, o Coordenador de Gestão da AGEVAP solicitou às pessoas que comunicaram os
333 eventos, que enviem por e-mail as informações sobre os mesmos, para a Sra. Aline Alvarenga, analista de
334 relações interinstitucionais da AGEVAP.

335
336 - O representante da Fazenda Pedra Branca/MG, Sr. Cláudio Amaral, noticiou que as Prefeituras de Guidoal e
337 Rodeiro (MG) foram contempladas com recursos do FHIDRO – Fundo de Recursos Hídricos, da ordem de R\$
338 3.800.000,00, para tratar 100% do esgoto. Destacou que essa verba foi obtida graças ao sistema
339 CEIVAP/AGEVAP que destinou recursos da cobrança pelo uso da água a esses dois municípios, para elaborar
340 os projetos relativos às Estações de Tratamento de Esgoto. Por isso agradeceu ao CEIVAP e à AGEVAP, em
341 nome dos Prefeitos de Guidoal e Rodeiro - este presente na reunião.

342 **3- Moção sobre pagamento em juízo em ação judicial da CSN**

343 A proposta de Moção, manifestando o posicionamento do CEIVAP diante da questão do depósito em juízo, pela
344 CSN, do valor referente ao pagamento pelo uso da água, que foi lida na abertura da reunião do CEIVAP,
345 realizada na véspera, não agradou o plenário do CEIVAP, de um modo geral. Foram várias as manifestações
346 contrárias ao teor do texto apresentado e à própria iniciativa de se fazer uma Moção. A representante do
347 Instituto Ipanema/RJ considerou que, da forma como está redigida, não é a melhor forma de enfrentamento da
348

349 questão. A representante da Zona da Mata Geração, Sra. Maria Aparecida Vargas, lembrou que o Presidente do
350 CEIVAP já enviou um ofício à ANA cobrando medidas sobre esse assunto; e que já foram realizadas ações
351 fortemente políticas para tentar uma negociação com a CSN e não se conseguiu nada; não será uma moção que
352 vai surtir efeito.

353 O representante do DAEE/SP propôs que, considerando que o Ministro do Meio Ambiente já está articulando
354 uma negociação com a CSN (conforme informou o representante a ANA na reunião), o CEIVAP deve entrar em
355 contato com o Ministro para acompanhar essa negociação. Lembrando que o não pagamento pelo uso das águas
356 transpostas é uma das justificativas da CSN para o pagamento em juízo, solicitou que, na próxima reunião do
357 CEIVAP, sejam prestadas informações sobre a cobrança da transposição, pelo sistema Light, do reservatório de
358 Santa Cecília para a bacia do Guandu.

359 A representante da Zona da Mata Geração disse que a moção é um instrumento frágil; e endossou a proposta do
360 representante do DAEE/SP pela qual o CEIVAP deve procurar o Ministro Carlos Minc e, em nome do plenário
361 do CEIVAP, manifestar o sentimento do Comitê com relação à ação judicial da CSN, cobrando dele os
362 encaminhamentos necessários para o equacionamento dessa questão.

363 O Coordenador de Gestão da AGEVAP esclareceu que a moção foi redigida pela assessoria jurídica da
364 AGEVAP e pediu à advogada Sra. Elaine Braga da Cunha, para informar sobre a situação jurídica da CSN;
365 defendeu que seja feita a moção, acreditando que possa surtir algum efeito, já que, desde 2003, quando iniciou a
366 cobrança pelo uso da água na bacia do Paraíba do Sul, até agora não houve avanço nas negociações com a CSN
367 que recusou-se a receber até o Presidente da ANA.

368 A advogada da AGEVAP disse que a demanda da moção partiu da Secretaria do CEIVAP; informou estar
369 acompanhando o processo da CSN e também da CEMIG; o da CSN está parado há um ano; a advogada disse
370 não ter conseguido localizar o advogado da ANA que está cuidando desse processo.

371 O representante da ANA, Sr. Wilde Gontijo Jr., disse não haver omissão da ANA; e que o assunto deve ser
372 estudado mais detidamente pelo CEIVAP; sugeriu que, na próxima reunião do Comitê, seja pautado um
373 esclarecimento por parte da ANA sobre a situação da CSN. Recomendou que a Comissão Especial do Guandu,
374 criada por Deliberação do CEIVAP, seja instalada para começar a estudar a questão do pagamento pelo uso das
375 águas transpostas da bacia do Paraíba do Sul para a bacia do Guandu.

376 O Sr. João Vieira, convidado, funcionário da Light, lembrou que, na formação de todo esse sistema, a Light
377 comprou, na época, parcela das terras dos reservatórios à montante, em São Paulo. Salientou que há toda uma
378 história que precisa ser considerada; segundo suas palavras, há que se respeitar os acordos que foram feitos no
379 passado.

380 Depois de ouvir todas as manifestações a respeito da Moção, o Presidente do CEIVAP explicou o que levou a
381 Diretoria do CEIVAP a propô-la. Conforme suas palavras, a Diretoria é a desagüadora de todas as preocupações
382 dos membros que a procuram diretamente para falar de suas insatisfações; e o caso da CSN é uma questão
383 recorrente, alvo das preocupações dos membros do CEIVAP, em geral. Ainda segundo o Presidente, este foi o
384 principal assunto da primeira audiência que a atual Diretoria do CEIVAP e da AGEVAP teve com a Diretoria
385 colegiada da ANA. Até agora não houve uma manifestação política do CEIVAP, como parlamento, a respeito
386 da questão do pagamento em juízo; por isso a Diretoria pensou na Moção. E concluiu dizendo que, diante do
387 sentimento geral do plenário, a Moção será abortada e a Diretoria irá adotar os encaminhamentos propostos
388 pelos representantes do DAEE/SP, da Zona da Mata Geração de Energia e da ANA.

389 **Encaminhamentos: 1-** Considerando que o Ministro do Meio Ambiente está articulando uma negociação com a
390 CSN, o CEIVAP deve entrar em contato com o Ministro para acompanhar essa negociação.

391 **2-** Considerando que o não pagamento pelo uso das águas transpostas é uma das
392 justificativas da CSN para o pagamento em juízo, na próxima reunião do CEIVAP, devem ser prestadas
393 informações sobre a cobrança da transposição do Reservatório de Santa Cecília para a bacia do Guandu, através
394 do sistema Light.

395 **3- Referendo do CEIVAP às alterações estatutárias da AGEVAP**

396 O CEIVAP não pôde referendar a alteração do Estatuto da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia
397 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, porque a reunião da Assembléia Geral da AGEVAP para
398 aprovação da alteração do Estatuto não aconteceu por falta de quorum. O Presidente do CEIVAP solicitou ao
399 Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP, Sr. Renine César de Oliveira, que envie a minuta da
400 alteração do Estatuto da AGEVAP para os membros do CEIVAP; por e-mail, até o dia 6 de setembro; estes
401 devem enviar suas contribuições para o e-mail juridico@agevap.com.br.

402 **4- Estrutura do evento da Bacia do Paraíba do Sul , a ser realizado em março de 2009**

403 O Presidente do CEIVAP convidou o Coordenador de Gestão da AGEVAP para apresentar a proposta de
404 realização de um grande evento da bacia do Paraíba do Sul, a ser realizado em março de 2009. Ele disse que já
405 havia uma proposta da nova diretoria do CEIVAP e da AGEVAP (na gestão da Sra. Eliane Barbosa) de realizar
406

408 um evento de mobilização periódico na bacia; e essa era também uma recomendação da ANA. Foi contratado
409 um consultor, Sr. João Jerônimo Monticeli, para construir um modelo de evento, que o Coordenador de Gestão
410 passou a apresentar para o plenário. As diretrizes básicas do evento (finalidades e público alvo) seriam: destaque
411 para o trabalho do CEIVAP e da AGEVAP; visibilidade – atrair público externo ao sistema de gestão (imprensa
412 e população em geral); evento de natureza política; foco nos temas de gestão e relações entre as entidades
413 envolvidas na gestão de recursos hídricos; temas e assuntos de natureza técnica e administrativa
414 tradicionalmente tratados na bacia do rio Paraíba do Sul não estão previstos; modelado para atrair a presença de
415 altas autoridades, como governadores, secretários de estado, prefeitos e representantes do legislativo municipal,
416 estadual e federal; dirigentes de grandes empresas usuárias das águas, públicas e privadas; definição de temas
417 especiais e elaboração de “Cadernos” para subsidiar os debates; sessões abertas ao público, em geral, e outras
418 restritas a público específico e convidados; não está prevista mobilização de estudantes; amplitude internacional
419 – convidar altas autoridades públicas e do setor de recursos hídricos de outros países; previsão de uma feira de
420 produtos e serviços, aberta a participação estrangeira.

421 A periodicidade do evento seria de dois em dois anos, realizado em dois dias. O primeiro evento foi proposto
422 para março de 2009, no Rio de Janeiro. Quanto ao financiamento do evento, caberia à empresa contratada para
423 realizá-lo captar os recursos necessários, através da venda de espaço para exposição, pagamento de inscrição e
424 cotas de patrocinadores.

425 Pela proposta do consultor, a comissão organizadora ficaria assim constituída: Presidente de honra - Presidente
426 do CEIVAP; Vice-presidente executivo - Diretor da AGEVAP; Vice-presidente de Coordenação das Sessões
427 Temáticas - Secretário do CEIVAP; Presidentes, secretários e relatores de sessões temáticas – (a convidar);
428 Secretaria executiva – empresa a ser contratada. O consultor sugeriu como tema principal do evento “Água e
429 Desenvolvimento”, além de propor vários temas especiais para as sessões temáticas.

430 O representante do DAEE/SP EDILSON considerou o prazo curto para a organização de um grande evento,
431 propondo adiá-lo para setembro de 2009; e em março poderia ser feito um evento de menores proporções para
432 marcar o fim da gestão dessa diretoria do CEIVAP. Em sua opinião, a organização do grande evento da bacia
433 deve envolver todos os comitês e demais organizações das sub-bacias, na sua concepção, na escolha da temática
434 e na organização. Nas palavras do representante do DAEE/SP, esse evento deve mostrar a nova “cara” do
435 CEIVAP, depois da mudança do seu Regimento Interno.

436 A representante da SERLA/RJ, Sra. Fátima Casarin, endossou a proposta do representante do DAEE/SP e
437 sugeriu a inclusão, também, dos órgãos gestores dos três estados da bacia na comissão organizadora.

438 O representante da ABES/RJ, Sr. José Alfredo Sertã, enfatizou que a preparação de um evento dessa natureza
439 não se entrega a uma empresa; os “donos” do evento é que o preparam; a empresa deve ser contratada apenas
440 para a fase de realização, de concretização do evento.

441 **Encaminhamento** – será realizado evento de menor proporção em março de 2009, no fim do mandato da
442 atual Diretoria, preparatório do grande evento, que deve ser realizado no final de 2009 (outubro). A Comissão
443 organizadora deverá ser formada pelos membros do Grupo de Trabalho de Articulação Institucional do CEIVAP
444 – GTAI, que é integrado por organismos das sub-bacias e dos órgãos gestores dos três estados. O GTAI deverá
445 organizar o evento de março e, paralelamente, elaborar o plano de trabalho para o grande evento de outubro.

446 A representante da ong Nosso Vale! Nossa Vida, Sra. Vera Lúcia Teixeira, lembrou que a composição do GTAI
447 deve incluir os novos comitês de bacias afluentes criados recentemente. O Coordenador do GTAI, Sr. Wilde
448 Gontijo Jr., informou que será convocada reunião do GTAI para setembro.

449

450 **5- Apresentação da COPPE sobre o Plano da Bacia**

451

452 O Sr. Evaristo, técnico da COPPETEC, contratada para fazer o resumo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia
453 do Rio Paraíba do Sul e sua complementação, fez a apresentação do Plano – produto final elaborado pela
454 COPPETEC. Inicialmente, ele explicou que o objetivo do contrato entre a AGEVAP e a COPPETEC foi
455 elaborar um documento-síntese de todos estudos já realizados sobre a bacia; além de estudos complementares
456 sobre os seguintes temas específicos: esgotamento sanitário, usinas hidrelétricas, arcabouço institucional,
457 processo participativo, vegetação e uso do solo associados aos mananciais; resíduos sólidos, disponibilidade
458 hídrica; propostas de intervenções por área de atuação dos organismos das sub-bacias; fontes de recursos
459 financeiros. O técnico da COPPETEC apresentou, resumidamente, as informações levantadas no Plano sobre
460 cada um desses temas. Relacionou os produtos finais apresentados, que são os seguintes relatórios: 1- Plano de
461 Trabalho; 2- Planejamento do processo participativo; 3- Fortalecimento do arcabouço institucional; 4-
462 Diagnóstico parcial dos recursos hídricos; 5- Documentação disponibilizada em texto, CD e site do CEIVAP; 6-
463 Análise dos impactos e das medidas mitigadoras que envolvem as usinas hidrelétricas; 7- Diagnóstico final dos
464 recursos hídricos; 8- Fortalecimento do arcabouço institucional; 9- Execução e avaliação do processo
465 participativo; 10- Plano de Recursos Hídricos consolidado – Resumo. E mais os Cadernos de Ações para as sub-
466 bacias, correspondendo cada Caderno a um Plano de Bacia para os organismos das principais sub-bacias ou

467 trecho de bacia: Caderno 1 – CBH-PS; Caderno 2- AMPAS; Caderno 3- PS1 – Comitê do Preto e Paraibuna;
468 Caderno 4 – Comitê do Piabonha; Caderno 5- COMPÉ – Comitê do Pomba e Muriaé; Caderno 6- BNG2 –
469 Comitê dos rios Bengala, Negro, Grande e Dois Rios; Caderno 7- GT Foz – Grupo de Trabalho para a formação
470 do Comitê da região da foz. E o último produto apresentado pela COPPETEC são dois relatórios
471 complementares ao Plano da Bacia: um sobre Infestação de Macrófitas; e outro sobre Gestão Integrada de
472 Águas e Florestas na Bacia do Rio Paraíba do Sul.

473 O técnico da COPPETEC explicou que o Programa de Intervenções e Investimentos para a recuperação
474 ambiental da bacia do Paraíba do Sul, a ser implementado até 2020, custará R\$ 4,7 bilhões. Na área de
475 saneamento ambiental, foram priorizadas ações em 20 municípios com maior carga poluidora: Juiz de Fora,
476 Campos, Petrópolis, Volta Redonda, Barra Mansa, Nova Friburgo, Jacareí, São José dos Campos, Teresópolis,
477 Guaratinguetá, Resende, Muriaé, Ubá, Cruzeiro, Itaperuna, Barra do Piraí, Três Rios, Cataguases, Valença e
478 Aparecida. O técnico concluiu sua apresentação citando outras ações relevantes contempladas no Plano de
479 Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul: ações de proteção dos mananciais e conservação de nascentes
480 nos principais formadores e afluentes do Paraíba do Sul; ações para a construção e otimização da gestão
481 participativa; manutenção do Convênio de Cooperação entre a CPRM e ANA, que contempla uma rede piloto
482 de monitoramento da qualidade e quantidade de água; consolidação dos levantamentos e estudos realizados
483 sobre a ocorrência de plantas aquáticas, com ênfase nas macrófitas e capim capituva.

484 A representante do Instituto Ipanema/RJ considera que o produto apresentado pela COPPETEC não é um Plano
485 de Bacia e sim um diagnóstico; ela citou algumas lacunas no documento apresentado, como a questão da gestão
486 integrada de águas e florestas e o tema clima que, segundo ela, não estão devidamente contemplados no Plano
487 apresentado. Solicitou que os relatórios produzidos pela COPPETEC sejam disponibilizados impressos, para os
488 membros, pois no site do CEIVAP é muito difícil para acessar.

489 O Presidente do CEIVAP disse que o Plano será encaminhado para a Câmara Técnica Consultiva para análise
490 aprofundada; só depois virá para apreciação do CEIVAP.

491

492 **6- Manual de Investimentos – apresentação da Coordenadora da Câmara Técnica Consultiva**

493 O Secretário do CEIVAP, Sr. Breno Gurgel (ABES/SP), disse que a CTC trabalhou exaustivamente na revisão
494 do Manual, tendo em vista a aplicação dos recursos de 2008 e resíduo de 2007 . Na ausência da Coordenadora
495 da CTC, Sra. Zeila Piotto (FIESP/SP), o Secretário chamou a Relatora, Sra. Vera Lúcia Teixeira (Nosso
496 Vale!Nossa Vida) para apresentar a minuta do Manual revisado pela CTC. A Relatora salientou que foi feito o
497 melhor possível, considerando o prazo exíguo para a revisão do Manual; e que foi possível chegar ao bom; não
498 ao ótimo. Em seguida, chamou a representante da SERLA/RJ na CTC, Sra. Moema Versiani, para apresentar a
499 versão do Manual para 2007/2008 elaborada pela CTC.

500 A representante da SERLA na CTC relatou o processo de revisão do Manual de Investimento, dizendo que a
501 CTC trabalhou em cima do Manual de 2006 recebido da AGEVAP, apresentando sugestões para seu
502 aprimoramento; constataram que era impossível fazer uma revisão aprofundada até a data da próxima reunião
503 do CEIVAP, marcada para 20 de agosto, quando o Manual deveria ser apreciado pelo plenário do Comitê; havia
504 urgência em aprovar o Manual, por conta do grande montante de recurso parado na conta da AGEVAP. Por isso
505 decidiu-se por fazer uma revisão superficial do Manual para viabilizar a hierarquização dos recursos 2007/2008,
506 com a proposição de se fazer uma discussão mais profunda para 2009. No processo de revisão do Manual, para
507 agilizar, a Coordenadora da CTC acolheu contribuições enviadas, através de e-mail, por membros da CTC e
508 também pela ANA.

509 Em seguida, a representante da SERLA citou as principais modificações propostas: 1- Estabelecimentos de
510 prazos para execução das principais etapas do processo de contratação e implementação das ações, visando dar
511 instrumentos aos agentes para minimizar problemas com atrasos na assinatura dos contratos ou na execução do
512 projeto, e tomar as medidas para o cancelamento; 2- Revisão dos tipos de documentos a serem apresentados
513 para habilitação, visando evitar atrasos na contratação e execução dos projetos; 3- Previsão de mecanismo
514 diferenciado de pagamento – Deliberação CEIVAP nº 70; para sua operacionalização é necessária deliberação
515 específica do CEIVAP, pois ainda há questões pendentes sobre a forma de aplicação.

516 Adicionalmente, atendendo a demanda de alguns municípios com menos de 20 mil habitantes, optou-se por
517 destinar até 50% dos recursos de 2007/2008 para projetos enquadrados em ações de Planejamento submetidos
518 por municípios naquela faixa. Os tomadores habilitados nessa categoria devem atender a todas as condições do
519 Manual, exceto a obrigatoriedade de contrapartida.

520 Por fim, foram apresentadas as principais questões que a CTC entende que ainda necessitam ser contempladas:
521 1- Análise do Plano da Bacia visando subsidiar a seleção das ações prioritárias e, com isso, estabelecer critérios
522 de hierarquização e plano de aplicação compatíveis com metas de melhoria de quantidade/qualidade, a partir da
523 visão integrada da bacia no médio/longo prazos; 2- Revisão dos critérios de hierarquização; 3- Estabelecimento
524 de padrões e critérios mínimos para contratação de ações de planejamento e gestão; 4- Definição de um padrão
525 de processo para aplicação dos recursos que contemple: manual de procedimentos operacionais, procedimentos

526 para hierarquização e plano de aplicação. A representante da SERLA na CTC finalizou sua apresentação
527 dizendo que a Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP recomenda a revisão do Manual e dos demais
528 mecanismos com o intuito de adotar um processo padrão para aplicação dos recursos a partir de 2009.

529 A representante da SECT/SEEPES avaliou que o Manual tem erros conceituais, deficiências e falhas graves:
530 faltam indicadores; o Glossário não foi atualizado – ainda fala no sistema GESTIN que foi substituído pelo
531 CNARH; não tem requisitos para o mecanismo diferenciado, entre outras deficiências.

532 A representante da Zona da Mata Geração/MG, manifestou sua preocupação com o fato de na minuta do Manual
533 apresentada pela CTC não constar o percentual de recurso destinado a cada linha de ação, já deliberado pelo
534 CEIVAP, destinando maior volume de recursos para ações de planejamento, depois para estruturais e o menor
535 percentual para ações de gestão.

536 O representante da Fazenda Pedra Branca/MG, Sr. Cláudio Amaral sugeriu que no Manual fosse incluído que os
537 tomadores que capturem recursos de outras fontes possam usar recursos da cobrança como contrapartida (a
538 exemplo do PRODES). A representante da SERLA no CEIVAP ponderou que, para isso, seria preciso que o
539 tomador trouxesse um documento da outra fonte financiadora garantindo que terá recurso dessa fonte se
540 apresentar a contrapartida da cobrança. Ficou decidido que a demanda do representante da Fazenda Pedra
541 Branca será discutida por ocasião da elaboração do Manual de 2009.

542 O representante da Águas do Paraíba, Sr. Carlos Eduardo, registrou seu posicionamento com relação à
543 Deliberação CEIVAP nº 70, que dispõe sobre o mecanismo diferenciado de pagamento pelo uso da água,
544 dizendo que o CEIVAP não deve revogar a referida deliberação; o que precisa ser feito, na sua opinião, é
545 aprovar outra deliberação específica para regulamentar a aplicação desse mecanismo.

546 Por indicação do representante da ANA, aprovada pelo plenário, o percentual de contrapartida para ações
547 estruturais foi elevado para 50%. Com relação ao mecanismo diferenciado, ele considera esse mecanismo
548 plenamente exequível, mas compromete a arrecadação e a sustentabilidade da gestão. Concorde com a proposta
549 da CTC de que os usuários beneficiados com o mecanismo diferenciado paguem diretamente para a AGEVAP
550 7,5% do valor do desconto que obtiverem; e considera que essa medida é exequível.

551 A representante da SERLA no CEIVAP, Sra. Fátima Casarin, propôs alterações nas folhas 3 e 8 do Manual e na
552 primeira folha do Glossário – alterações aprovadas por seus pares.

553 O Manual de Investimento revisado pela Câmara Técnica Consultiva foi aprovado pelo plenário do CEIVAP
554 com os seguintes adendos:

555 1- Sua denominação deverá ser: “**Manual de Investimento para o Resíduo de 2007 e Recursos de 2008**”;

556 2- No **item 5**, pág. 3, inciso **I- Ações de Gestão**, acrescentar, depois do último parágrafo, o seguinte: *As*
557 *diretrizes para ações de gestão serão elaboradas pela Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP e incluídas no*
558 *edital;*

559 3- No **item 11**, página 8, 1º parágrafo, a contrapartida financeira para **projetos estruturais** deverá ser de **50%**
560 (e não 20%).

561 4- Ainda no **item 11**, na 2ª linha do 3º parágrafo, onde está escrito: (...) “*exceto para proponentes de projetos de*
562 *ações de gestão e planejamento*”, suprimir a palavra **gestão**, deixando apenas “*projetos de ações de*
563 *planejamento*”(...)

564 5- No **Anexo XIII – GLOSSÁRIO – 1ª folha**, em **AÇÕES DE GESTÃO**, suprimir a última frase: “*Os*
565 *interessados neste tema, além de consultar o Manual de Investimentos, devem entrar em contato com a*
566 *AGEVAP*”.

567 5- Ainda no **GLOSSÁRIO, 2ª folha**, substituir **GESTIN**, por **CNARH – Cadastro Nacional de Usuários de**
568 **Recursos Hídricos**. Localizar no texto do Manual, onde está citado o GESTIN e substituir por CNARH.

569 O CEIVAP aprovou duas Deliberações relativas ao Manual de Investimento: uma que “*Dispõe sobre o*
570 *Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação de recursos do CEIVAP, que orientará a*
571 *inscrição e habilitação de novas propostas de Ações e Intervenções a serem financiadas com recurso*
572 *da cobrança do exercício de 2008 e saldo remanescente de 2007*” (devendo ser alterada a redação da
573 ementa, modificando o nome do Manual conforme adendo 1 transcrito acima)

574 A outra Deliberação aprovada “*Dispõe sobre as diretrizes que se aplicam aos municípios com*
575 *coeficiente de FPM – Fundo de Participação dos Municípios – entre 0,6 e 1,2 na hierarquização dos*
576 *projetos enquadrados em ações de planejamento com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo*
577 *uso das recursos hídricos, exclusivamente para o exercício de 2008 e alado remanescente de 2007*”..

578 O Coordenador de Gestão da AGEVAP registrou o reconhecimento pelo trabalho das pessoas que se
579 dedicaram à revisão do Manual com todo empenho. E disse que a AGEVAP deverá contratar uma consultoria
580 especializada para elaborar o Manual de Investimento de 2009 – para março de 2009.

581
582
583

584 **7- Metodologia de avaliação da AGEVAP pelo CEIVAP**

585 O Coordenador de Gestão explicou que o questionário de avaliação que foi distribuído para os
586 membros responderem, está sendo aplicado como teste, pois foi mudada a metodologia; na próxima
587 reunião do CEIVAP, a nova metodologia será submetida a sua apreciação.
588

589 **Encerramento** - Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CEIVAP declarou encerrada a reunião, tendo a
590 presente ata sido lavrada por mim, Virgínia Dias Calaes, secretária *ad-hoc*, e, depois de aprovada, será assinada
591 pelo Presidente do CEIVAP e pelo Secretário do CEIVAP.

592 **Ata aprovada na 2ª Reunião Extraordinária do CEIVAP de 2008, realizada em 23 de setembro de 2008.**
593

594

595

596

597

598

Paulo Teodoro de Carvalho
Presidente do CEIVAP

Breno Gurgel
Secretário do CEIVAP

599

600

601

602

603

604

Juiz de Fora, 20 e 21 de agosto de 2008